



Intervenção da Secretária de Estado da Inovação e da Modernização Administrativa

Webinar de sensibilização para a acessibilidade

Apresentação do novo site “Acessibilidade.gov”

(6 de outubro de 2020)

Senhora Secretária de Estado da Inclusão de Pessoas com Deficiência,

Senhoras e senhores dirigentes da Administração Pública,

Caras e caros trabalhadores,

Boa tarde a todas e a todos

Para encerrar a sessão de hoje, e esperando sintetizar, desta forma, as principais linhas de força da discussão, sublinho que estamos aqui para assinalar um triplo compromisso.

Em primeiro lugar, um compromisso coletivo com o tema da inclusão. Este compromisso está bem patente no programa de governo e, porque os serviços da Administração Pública devem liderar pelo exemplo, garantindo a acessibilidade aos serviços públicos de todas e todos os cidadãos, também figura de forma expressa na Estratégia para a Inovação e a Modernização do Estado e da Administração Pública, aprovada pelo Governo através da RCM n.º 55/2020, de 31 de julho, vinculando toda a administração pública.

Um dos eixos transformadores da Estratégia é o de “Reforçar a proximidade”, que assume como um dos seus objetivos estratégicos “Promover a integração e a inclusão



no atendimento”, no qual se inclui a medida “Tornar mais inclusivos os espaços (físicos e virtuais) de atendimento, (...), disponibilizando serviços que garantam o acesso a pessoas com deficiência ou incapacidade”. Nesta medida, entre as metas assumidas para 2023, incluem-se “90% dos serviços digitais com selo de usabilidade e acessibilidade” e a “Disponibilização online dos rankings de usabilidade e acessibilidade dos sites e portais da Administração Pública”.

Em segundo lugar, um compromisso estruturante.

A acessibilidade dos sítios web, assim como das aplicações móveis dos serviços públicos, assume ainda maior relevância no tempo que hoje vivemos, que tem promovido aceleradas transformações significativas nos serviços públicos e no trabalho na Administração Pública, em especial na entrega de serviços públicos digitais e na adoção massiva do trabalho remoto.

É no momento em que pensamos os serviços digitais que devemos garantir que são inclusivos. Os serviços digitais devem nascer inclusivos, acessíveis a todas as pessoas, com navegação e acesso a todas as funcionalidades, independentemente do perfil do utilizador e do dispositivo usado e garantindo a compatibilidade com as tecnologias de apoio utilizadas por cidadãos com necessidades especiais.

Não posso deixar de referir também que Portugal vai receber no próximo ano a realização do fórum europeu “Accessible Europe: ICT 4 ALL”, a realizar durante a Presidência Portuguesa da União Europeia, uma iniciativa sobre acessibilidade e desenvolvimento de competências que visa assegurar a inclusão digital e o seu desenvolvimento sustentável acessível a todos.

Vamos, assim, contribuir para a promoção da igualdade no acesso à informação e aos serviços digitais, prosseguindo a materialização do princípio de não deixar ninguém para trás e auxiliando as entidades da Administração Pública a evoluir na disponibilização de



sítios Web e aplicações móveis que garantam uma melhor experiência digital a todos os cidadãos, incluindo aqueles com limitações motoras, sensoriais ou cognitivas.

Por fim, um compromisso com a colaboração. O trabalho que foi hoje aqui apresentado resulta da colaboração entre várias entidades e os próximos passos continuarão a ser necessariamente colaborativos.

O novo sítio da acessibilidade – “[acessibilidade.gov](https://www.acessibilidade.gov.pt)”, hoje lançado, disponibiliza informação e ferramentas de apoio à implementação de boas práticas neste domínio. A nova versão do Observatório Português da Acessibilidade Web, a lançar em breve, vai permitir acompanhar a evolução e monitorizar esta matéria nos serviços digitais, prosseguindo o caminho de eliminação das barreiras que afetam milhões de pessoas. A oferta formativa em microlearning para os profissionais que desenvolvem serviços públicos digitais, acessível a todos através da plataforma NAU, será o primeiro de vários cursos a disponibilizar sobre esta temática.

E é neste espírito colaborativo que quero sublinhar que a área governativa da Modernização do Estado e da Administração Pública tem toda a disponibilidade para colaborar com a área da Inclusão das Pessoas com Deficiência também na transposição da Diretiva (UE) 2019/882 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de abril de 2019, relativa aos requisitos de acessibilidade dos produtos e serviços.

Tudo isto sem esquecer um reforço da colaboração com os próprios cidadãos. É fundamental garantir a participação dos cidadãos não apenas no teste das soluções mas na própria conceção dos serviços, para que respondam a necessidades reais de forma cabal.

Em suma, saudando o trabalho já desenvolvido e apresentado aqui hoje, continuemos este caminho juntos, integrando o investimento numa sociedade inclusiva no ADN da inovação e modernização da Administração Pública.



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO
DA INOVAÇÃO E DA MODERNIZAÇÃO
ADMINISTRATIVA

Muito obrigada!